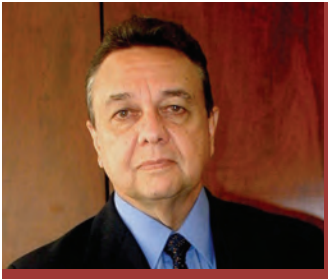


## Diário de bordo

## Ceagesp



Roberto Rodrigues\*

MESMO AS pessoas mais atentas que frequentam o entreposto da Ceagesp da cidade de São Paulo conseguem imaginar a extraordinária importância do organismo para a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros para a capital e o estado em geral.

A primeira surpresa, aliás, reside na informação de que o entreposto do Jaguaré (Ceagesp) não é o único, mas faz parte de uma rede na qual se incluem mais 12 centrais regionais, a saber: Guaratininguetá, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e Bauru. Portanto, uma extensa rede que, associada a algumas poucas Centrais Municipais, abastece todo o estado e os vizinhos.

No ano passado, a rede da Ceagesp recebeu produtos de 1.500 municípios de 25 estados brasileiros e de 14 países, além do nosso! O volume comercializado foi de 3.849.801 toneladas, o que corresponde a 13 mil toneladas por dia, no valor diário de 15,2 milhões de reais. É uma rede verdadeiramente formidável.

Separadamente, só o entreposto de São Paulo, que em 2008 comercializou o maior volume de produtos dos últimos dez anos, é responsável por 80,9% do volume comercializado e por 81,9% do valor desta comercialização.

Do total dos produtos que circularam pela Central de São Paulo no ano passado, 1.634.977 toneladas foram de frutas, de longe o volume maior, seguido por legumes, com 786.442 toneladas e verduras, com 226.817.

As flores já representam hoje um peso significativo, de 51.873 toneladas, seguidas de pescado, com 47.639.

Quando se trata de valores, há uma pequena mudança nos dados: as frutas ainda são cerca de 50% do faturamento total, com 1,963 bilhões de reais, seguida de legumes, com R\$ 931 milhões. Depois vem o pescado, com R\$ 221 milhões, as flores, com R\$ 12 milhões, e, só então, as verduras, com R\$ 192 milhões.

No ano passado, a laranja foi o produto mais vendido em volume (10,4% do total), seguida do tomate (com 8,9%), batata (7,3%), mamão (5,1%), tangerina (4,3%), maçã (4,0%), melancia (3,5%), cenoura (3,2%), manga (3%), pêra e cebola (2,9%). Todos esses produtos tiveram volumes vendidos superiores a 90 mil toneladas.

Em termos de valor, também muda um pouco o *ranking*, com o tomate representando 10,3%, seguido da maçã (6,4%), laranja (5,3%), pêra (5,1%), batata (4,1%), mamão e uva (3,7%), tangerina e manga (2,7%) e cenoura (2,6%), todos com faturamento superior a 100 milhões de reais no ano todo.

Dos entrepostos do interior, três destacam-se tanto em volume físico quanto em valor de comercialização: Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto.

Todos estes dados explicitam a importância da rede da Ceagesp que, na segunda metade dos anos 60, durante o governo Sodrê, nasceu da fusão da Ceasa (Central de Abastecimento) com a Ceagesp (rede de armazenagem). À época, a rede pertencia ao governo estadual, porém, mais tarde, foi entregue ao governo federal em pagamento de dívidas do estado com a Federação. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Apoio ao ministro



Cesário Ramalho da Silva\*

A MUDANÇA do Código Florestal Brasileiro tornou-se questão de segurança jurídica para as propriedades rurais do País. A legislação vigente, uma verdadeira colcha de retalhos de portarias, medidas provisórias, decretos, baseada em uma lei maior, datada de 1965, é anacrônica. Além disso, é distante da realidade e tem caráter punitivo, sem oferecer instrumentos legais que estimulem o casamento sadio entre produção e preservação.

Atenta à questão, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) recebeu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes, para uma palestra esclarecedora acerca do tema, com objetivo de apoiá-lo no esforço de viabilizar os ajustes necessários no código.

Concordando com o ministro, convido o caro leitor a disseminar a proposta do MAPA, para que ela chegue mais fortalecida ao Congresso Nacional.

Se as normas existentes para o ambiente permanecerem como estão, metade das propriedades rurais e um milhão de produtores ficarão na ilegalidade. O contingente representa aproximadamente 20% da produção rural nacional.

Estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite mostra que as reservas florestais, unidades de conservação da biodiversidade, áreas de preservação permanente e reserva legal e área indígenas ocupam 67% do Brasil.